

Marxismo e ética

SÉRGIO LESSA*

Do ponto de vista do marxismo, como a ética se relaciona com a política revolucionária?

Política e ética são dois complexos sociais inteiramente distintos. A primeira tem por função social o exercício do poder dos homens sobre os homens imprescindível à reprodução nas sociedades de classe. É com o surgimento do trabalho excedente, da exploração do homem pelo homem, da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e do casamento monogâmico que a política faz sua entrada na cena da história. Nem antes, nem depois das sociedades de classe, a política tem qualquer função social. Por isso, o *locus* por excelência da política é o Estado.

Várias outras definições de política podem ser encontradas. Entre a esquerda, de uma maneira em geral, predomina a noção aristotélica: o homem como *animal político*. A maior debilidade dessa definição está em que iguala o que é ontologicamente distinto: a organização de uma sociedade sem classes e a organização de uma sociedade sem classes. Ela é incapaz de refletir a qualidade específica da relação de dominação entre os homens que é uma das determinações mais importantes das sociedades de classe. Por isso a concepção aristotélica e suas variantes, que fazem da política uma dimensão universal do ser social, afirmam também a universalidade do Estado e do Direito. E, por essa razão, são concepções que nem sequer podem conceber a transição para uma sociedade comunista, isto é, uma nova forma de organização social incompatível com o Estado, com o Direito, com a propriedade privada e, portanto, com a política. Ao fim e ao cabo, são concepções que não conseguem ir para além da dicotomia indivíduo (espaço da liberdade) *versus* sociedade (espaço da necessidade).

* Professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

A ética atende a uma função radicalmente distinta da política.

Todo processo social, seja ele mais universal seja mais particular, tem nos atos humanos singulares, de indivíduos concretos (historicamente determinados), seus elementos básicos. Tais atos possuem sempre uma dimensão de escolha entre necessidades a serem atendidas através de possibilidades – possibilidades e necessidades historicamente construídas. Entre outras coisas, essa relação entre os atos singulares e a totalidade social requer, com necessidade absoluta, que sejam avaliadas tanto as escolhas como as consequências de sua objetivação. É para atender a essa necessidade de avaliação que surgem os complexos valorativos, entre eles a ética e a moral.

Os processos valorativos adquirem uma nova qualidade com o surgimento das sociedades de classe e da política: o antagonismo entre as classes se reflete na gênese e no desenvolvimento de valores também antagônicos. E, com o surgimento do capitalismo, essa diferenciação entre os valores é acrescida de dois novos elementos decisivos. De um lado, o capitalismo é o primeiro modo de produção que efetivamente constrói relações sociais que articulam a vida de cada indivíduo à de toda a humanidade (o mercado mundial, p. ex.). Por outro lado, o modo de produção capitalista funda essas relações sociais genéricas predominantemente pela mediação do capital, o que significa a *redução das relações sociais às relações entre mercadorias*. A primeira forma histórica na qual o gênero humano é objetivamente universal (o mercado mundial) tem como um de seus momentos determinantes a conversão dos humanos em “guardiões” de mercadorias, “guardiões” “cuja vontade reside” nas mercadorias e cujas relações são, imediatamente, relações entre as mercadorias¹.

Esta é a essência do individualismo burguês: a propriedade privada é a mediação pela qual os indivíduos participam de relações sociais verdadeiramente universais, genéricas, que tornam todos partícipes do mesmo processo histórico universal.

Essa contradição imanente à vida social sob a regência do capital introduz novas características ontológicas nos complexos valorativos. Por um lado, a articulação do gênero humano em um único processo histórico faz surgir necessidades e possibilidades histórico-sociais realmente universais, genéricas. Por outro lado, estas possibilidades e necessidades objetivamente genéricas, no contexto da regência do capital, são incorporadas às escolhas cotidianas dos indivíduos pela mediação do individualismo burguês. Tornando curta uma longa cadeia de mediações, essa contradição comparece na constituição dos atos singulares como a alternativa entre valores que expressam ou as necessidades e possibilidades genéricas ou, então, as possibilidades e necessidades da

¹ Marx, K. *O capital*. São Paulo, Abril, 1985, vol. I, tomo I, p. 79.

acumulação privada de riqueza. Essa é a tensão fundamental que permeia os complexos valorativos na sociabilidade burguesa.

É nesse contexto histórico que emerge o problema da moral e da ética nos dias em que vivemos. Enquanto a moral rebaixa as necessidades e possibilidades genéricas à esfera do individualismo burguês, a ética eleva os valores operantes nos atos singulares à generalidade humana. Ou seja, a ética incorpora aos atos individuais a dimensão universal das necessidades e possibilidades históricas. A moral faz o oposto: reduz as necessidades e possibilidades históricas mais genéricas ao individualismo burguês.

A moral burguesa centra-se, por isso, sempre no indivíduo proprietário privado, em seus “direitos e deveres”, em sua “cidadania”. O imperativo categórico kantiano (“Não faça aos outros o que não deseja que façam a você”), expressa com clareza cristalina aquilo a que nos referimos.

O mundo burguês, em suma, ao criar um gênero humano socialmente posto, efetiva a base material indispensável para a gênese de valores efetivamente éticos, quais sejam, aqueles que tornam socialmente visíveis as necessidades e possibilidades que dizem respeito a toda a humanidade. Contudo, essa articulação objetiva, cotidiana, material, de todos os homens ao mesmo processo histórico é imediatamente fragmentada pelo fato de ter por mediação universal a propriedade privada. É isso que, hoje, torna ontologicamente impossível aos valores éticos penetrarem em nossa vida em escala social. Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo coloca a humanidade diante de necessidades e possibilidades que são efetivamente ético-genéricas, contudo; enquanto perdurar a regência do capital estas mesmas necessidades e possibilidades só podem comparecer na reprodução social pela mediação das relações de mercado. Daqui que, se e quando tais necessidades e possibilidades autenticamente genéricas comparecem na vida cotidiana, são sempre miseravelmente reduzidas a possibilidades de negócios, oportunidades de lucro etc. A vida burguesa cria as bases materiais indispensáveis à gênese de valores éticos e, ao mesmo tempo, é ontologicamente incompatível com a vigência cotidiana desses mesmos valores.

Podemos, então, responder à pergunta: no mundo burguês, a política revolucionária é, ainda, *política*. Não passa do exercício do poder do homem sobre o homem. E, nesse sentido, pode ser tudo menos o exercício da ética. O poder do homem sobre o homem é mediação histórica pela qual se afirma, ou se nega, a propriedade privada: qual ética poderia ser possível aqui? Nem o partido revolucionário, nem o militante revolucionário, nem a práxis revolucionária podem ir para além do exercício *revolucionário* do poder entre os homens. Podemos lutar contra a regência do capital e pela emancipação humana, mas até lá chegar a efetivação da ética como uma dimensão da vida cotidiana é uma impossibilidade tão completa quanto o é na práxis política a mais contra-revolucionária.

Portanto, a política revolucionária, como toda a política, é exclusão liminar da ética.

Essa exclusão serve para que os conservadores defendam a política burguesa de toda crítica moral ou ética. É esse o argumento central, por exemplo, de Giannotti em sua defesa do governo Fernando Henrique Cardoso. A força desse argumento está em corresponder à relação histórico-objetiva entre ética e política. É verdade que os critérios éticos e morais não se aplicam à política.

Contudo, essa mesma exclusão, para os revolucionários, deve servir como denúncia da política por ser uma mediação social imprestável para a constituição de uma sociabilidade emancipada. O fato de ainda necessitarmos da política na luta contra o capital é apenas um dos indícios mais fortes da *barbárie a que estamos reduzidos pelas relações mercantis*, e não uma evidência do caráter ético da política. O fato de a política ser *ainda imprescindível* na luta pela liberdade evidencia como ainda estamos na *pré-história* – e não significa em absoluto que a política, ainda que sendo a mais puramente revolucionária, seja algo além *da miséria do poder do homem sobre o homem*.

Precisamos da política para destruir a barbárie do capital; é a barbárie da vida capitalista que torna a política uma mediação imprescindível aos revolucionários. A política, por isso, é expressão da miséria em que vivemos e nada mais que isso. A construção da sociedade comunista, que se inicia tão-somente para além da regência do capital, deve ter na ética uma sua referência central. Por isso tal sociedade é tão incompatível com a política quanto a sociedade burguesa é incompatível com a ética.

Neste contexto, o que difere a política revolucionária da burguesa? Não uma distinta relação com a ética, mas antes uma distinta relação com a *história*. É uma práxis que, diferente da práxis burguesa, incorpora a absoluta historicidade e radical sociabilidade do mundo dos homens. Ao fazê-lo, recusa o futuro como mera reprodução do presente e recusa o ser humano como a mera vigência de categorias eternas (como o *zoom politikon* aristotélico). A política revolucionária se distingue da burguesa por ser portadora de uma nova relação do homem com sua própria história, por representar a superação da *pré-história da humanidade*, no dizer de Marx.

Fórmulas como “pela ética na política” esclarecem ou confundem a luta pelo socialismo?

Confundem. Lutar pela ética na política é tentar a quadratura do círculo. Não há qualquer possibilidade de uma política que seja expressão de uma ética ou, vice-versa, de uma ética que seja expressão da política.

O que temos, em todos os casos em que a palavra de ordem de “ética na política” comparece, é o rebaixamento da ética à moral, em plena conformi-

dade com a ideologia predominante. Trata-se, sempre, de convencer o indivíduo de que sua vida de proprietário privado será melhor em uma sociedade na qual as disparidades sociais não sejam tão intensas. Trata-se, sempre, de propostas políticas distributivistas que esperam contar com o apoio de valores morais para colocarem um limite ao individualismo/egoísmo que, entendem, é o verdadeiro responsável pela miséria. Se todos fôssemos portadores de valores mais solidários, a miséria poderia desaparecer!

Quanto mais agudas as tensões sociais, tanto mais abstrato se torna esse discurso moralista. O apelo aos “verdadeiros valores humanos”, hoje concentrados na idéia absurda de “solidariedade” entre proprietários privados, intensifica seu idealismo para “pensar a possibilidade” de uma sociedade “melhor” pela ação de “valores solidários”. Tal como dizia Marx em *A questão judaica*, tal discurso, quando se refere ao “cidadão”, esquece que ele é um “burguês” e, quando fala do “burguês”, torna sem qualquer efeito prático suas obrigações “cidadãs”.

Tal perspectiva em nada ajuda na luta pelo socialismo. Ao fim e ao cabo termina sendo uma justificativa do capitalismo na medida em que dissocia as alienações contemporâneas da vigência da propriedade burguesa. O triste destino do Betinho e de sua Campanha Contra a Fome como legitimadores do governo FHC deveria ser um alerta a todos os que ainda empregam essa bandeira de luta.

Em vez de lutar pela ética na política, devemos denunciar radicalmente um mundo alienado ao extremo que *ainda necessita da barbárie da política* para a solução de seus problemas mais urgentes. Nenhum elogio da política é admissível na luta pelo socialismo.

Após a revolução, para se construir a sociabilidade emancipada, a política será um obstáculo como muitos outros (Estado, Direito etc.) que deverão fenecer para que o comunismo se torne uma realidade cotidiana. Apenas então os valores éticos poderão adentrar os processos de valoração cotidianos, com uma universalidade análoga a que, hoje, tais ações são investidas pelos valores do individualismo burguês.

O marxismo é portador de concepção própria e original sobre a ética e a moral?

Sim. Não há qualquer possibilidade da elaboração de uma nova concepção de mundo que não seja portadora de uma concepção nova da ética e da moral.

O marxismo, em especial, ao propor uma nova articulação entre a reprodução dos indivíduos (singularidades sociais que consubstanciam personalidades crescentemente desenvolvidas) e a reprodução da totalidade social, coloca as bases fundamentais para a elaboração de uma nova ética. As afir-

mações de Marx de que o desenvolvimento unilateral dos indivíduos é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento de todo o gênero humano, a crítica radical da sociabilidade burguesa e da sua típica cisão dos indivíduos em *citoyen* e *bourgeois*, a identificação da propriedade privada como o fundamental material da impossibilidade ontológica de uma “ética burguesa”, ao lado da denúncia da política como exercício do poder do homem sobre o homem, do Estado e do Direito como instrumentos especiais de repressão a serviço das classes dominantes etc. etc. são fortes indicativos de uma nova concepção de ética e de moral em Marx.

Todavia, diferente de todas as concepções éticas anteriores ou posteriores, Marx jamais concebeu a efetivação dos valores éticos como uma pré-condição para a superação do capital, pela simples razão de que esta efetivação é ontologicamente impossível sem a própria superação do capital. Desenvolver plenamente uma ética marxista, portanto, apenas é possível como reflexo de um processo histórico real, efetivo, de superação da regência do capital – processo de transição que indique as efetivas tendências históricas pelas quais a ética poderá vir a se converter em uma dimensão cotidiana da vida humana. Sem esse solo histórico, toda tentativa de desenvolver uma “ética revolucionária” termina, na melhor das hipóteses, prisioneira dos mesmos limites históricos que tornam a sociabilidade burguesa e a ética incompatíveis entre si.

LESSA, Sérgio. Marxismo e ética. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 104-109.

Palavras-chave: Marxismo; Ética; Política.